

# FLUXOS CULTURAIS ASSIMÉTRICOS E REFLEXÕES COMUNITÁRIAS

## ASYMMETRICAL CULTURAL FLOWS AND COMMUNITY REFLECTIONS

Benjamin Abdala Junior \*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
benjaminjr@terra.com.br

### *Resumo:*

Análise da ascensão do comunitarismo cultural, tal como ele se coloca diante da repactualização política internacional originária do *crack* financeiro de 2008. A partir do lócus enunciativo brasileiro, colocam-se dois enlaces principais, do ponto de vista literário e cultural: para os países de língua portuguesa e iberoamericanos. Tais formulações não restringem políticas de cooperação e de solidariedade, pois que, de acordo com o autor, o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e identidades plurais. O texto, a partir dessas configurações, centra-se no comunitarismo cultural dos países de língua portuguesa, levantando questões de ordem política no sentido de problematizar a atual assimetria dos fluxos culturais e as estratégias de administração da diferença para a preservação de hegemonias estabelecidas. Há referência a escritores de Portugal, do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa.

*Palavras-chave:* Administração da diferença; comunitarismo cultural; hibridismo cultural; Ibero-afro-américa.

---

\* É professor titular da FFLCH da Universidade de São Paulo. Pesquisador IA do CNPq, foi coordenador dessa área e membro do Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior dessa agência do MEC. Ex-presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada e atual presidente da AFROLIC, foi por duas gestões representante dessa área do conhecimento no CNPq. Membro do Conselho Editorial de várias revistas científicas, foi diretor ou coordenador de séries ou coleções editoriais, entre elas, a *Princípios e Fundamentos* (Editora Ática), *Literatura Comentada* (Editora Abril), *Ponto Futuro* e *Livre Pensar* (Editora SENAC-SP). Entre os mais de quarenta títulos que publicou, situam-se *A escrita neo-realista* (1981); *História social da literatura portuguesa* (1984); *Tempos da Literatura Brasileira* (1985); *Literatura, história e política* (1989); *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural* (2002); *De vãos e ilhas: literatura e comunitarismos* (2003); *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Portugal* (2007); *Literatura Comparada e reflexões comunitárias, hoje* (2012).

*Abstract:*

This essay is an analysis of the rise of cultural communitarism, in the face of the new international political pact that is originated by the financial crash of 2008. From Brazilian enunciative locus, there are two main relations from the literary and cultural viewpoint: between Portuguese language countries and Ibero-American countries. Such formulations do not restrict cooperation and solidarity policies, since the world is, according to the author, configured of multiple borders and plural identities. The text brings into focus the cultural communitarism of Portuguese language countries, by formulating political issues in order to problematize the current asymmetrical cultural flows, as well as the strategies of the administration of difference that preserve the established hegemonies. There are references to writers of Portugal, Brazil and African Portuguese language countries.

*Keywords:* Administration of difference; cultural communitarism; cultural hybridism; Ibero-Afro-America.



*As relações comunitárias supranacionais são, hoje, laços de uma sociedade que tende a se organizar em redes. Em relação aos países de língua portuguesa, esses laços lingüístico-culturais formaram-se através de uma experiência histórica comum, associada ao sistema colonial. Os primeiros colonizadores da América Latina vieram da região que os árabes chamaram de Al-Ândalus. Algarve provém de Al-Gharb al-Ândalus (Andaluzia Ocidental), que abrangia o atual Algarve e o baixo Alentejo. A maior parte da população popular de Lisboa, na época dos Descobrimentos era de origem moura. Eram regiões culturalmente híbridas, para onde confluíram muitas culturas da bacia cultural mediterrânica. Alargando as observações, poderíamos afirmar que a bacia mediterrânica, na perspectiva de um campo que se organiza em rede, constitui um nó multívoco, pelos cruzamentos histórico-culturais entre a Europa, África e Ásia. No processo de colonização das Américas, seu repertório híbrido e polissêmico veio a misturar-se ainda mais pelas interações com os povos ameríndios e africanos. Entendemos que esses países ibero-americanos e, mesmo ibero-afro-americanos, reúnem condições, na atualidade, para a constituição de um bloco comunitário, que, ao lado de outros, mais restritos ou abrangentes, poderão vir a reunir condições de colocar limites às assimetrias imperiais dos fluxos culturais.*

Temos argumentado que o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e as identidades devem ser vistas no plural (Abdala Junior, 2002). Em termos de aproximações lingüístico-culturais, impõem-se horizontes plurilíngües e reciprocidades em termos de poder simbólico. Em nosso caso, para além das notórias laçadas para os países de língua espanhola, há a variedade e amplitude das redes comunitárias. Num mundo onde o inglês acabou por se constituir numa espécie de língua franca, é necessário que falemos também em português e outros idiomas, inclusive no campo tecnológico. Em termos lingüísticos, não apenas como língua de cultura, mas de ciência.

Muitas redes comunitárias supranacionais têm-se firmado em escala planetária, como os movimentos de gênero, de defesa e promoção dos direitos humanos, da ecologia, etc. Estabelecem-se, assim, campos de interlocução, para além das fronteiras de Estado, constituindo possibilidades de contrapontos à monologia dos fluxos hegemônicos. Tais campos, múltiplos, da vida comunitária supranacional reúnem condições de contribuir para interferir democraticamente na vida social, numa linha onde a particularidade nacional tende a se articular em rede supranacional.

### **Um mundo misturado, reconfigurações**

Neste momento de *crack* do capitalismo financeiro e de reconfigurações de estratégias, parece-nos imprescindível que a crítica assuma uma atitude mais ativa para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade. E, se possível fazer confluir, para a interlocução comunitária, bases para a ação política na forma de blocos. Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos à monologia da competitividade que tem marcado o processo globalizador e que chegou a seu paroxismo, enquanto ideologia dominante à escala planetária, na situação anterior ao *crack* financeiro.

Entretanto, como diz Riobaldo, personagem de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, o “mundo é muito misturado”, e a personagem fica angustiada pelo fato de que não divisa a possibilidade de pastos bem demarcados. Busca uma racionalidade binária, como se a razão não envolvesse matizações de todo um feixe de possibilidades:

“Careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...” (Rosa, 1986: 191-192).

De forma correlata, se, da economia ao campo cultural, houve efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras para impor a ordem hegemônica, por outro lado, o princípio da contradição fez emergir atitudes reativas e esse enfraquecimento favoreceu o fortalecimento de ações comunitárias, pelas brechas dessa política. Nesta nova situação, que se afigura pós-neoliberal, podemos nos permitir o otimismo desta afirmação: as associações comunitárias tornam-se ainda mais urgentes e envolvem a possibilidade de novas articulações, para além das tradicionais. É de se lembrar a emergência do chamado BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China –, bloco agora crescido pela presença da África do Sul, entre outras possibilidades.

Nessa ampliação, em geral, das interlocuções entre países e blocos, abre-se agora a possibilidade de um melhor diálogo, inclusive em relação com setores mais democráticos dos próprios Estados Unidos, na possível reconfiguração da política desse país. Em nível de Estado, evidentemente os Estados Unidos procurarão estabelecer novas bases, para que continuem a preservar as assimetrias no campo das circulações culturais e a promover a aceitação das formulações discursivas que inculcam e naturalizam seus pressupostos particularistas como universais. Na nova configuração internacional que se esboça, em meio à crise, abre-se a possibilidade de uma maior abertura, já que o momento também é de mudança de paradigmas. Isto é, dos escaninhos, em termos de conhecimento, que são as circunscrições pelas quais aprendemos a pensar o mundo.

### **Cooperação, reciprocidades**

Em relação à produção literária, esta cada vez mais exige a compreensão do sentido supranacional dos fluxos culturais, com destaque para o comparatismo literário. Foi decorrência histórica, no Brasil, nos estudos de literatura comparada, a afirmação de um comparatismo que veio das

imposições de nosso processo de colonização. Verificar essas bases tem sido uma forma de nos situar diante dos fluxos inclinados à colonização de nosso imaginário. Trata-se de um comparatismo importante e necessário para o nosso autoconhecimento. Nas atitudes de atores culturais do passado podem ser configuradas linhas que são imprescindíveis para a melhor compreensão de nossa atualidade sociocultural. Entretanto, a restrição a esse comparatismo não nos parece suficiente, em termos político-culturais. Temos proposto uma outra forma de comparatismo, para figurar ao lado desse primeiro, que com ele acaba por se imbricar na prática comparatista. Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação. Comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Enlaces comparatistas, tendentes a relações de reciprocidade.

É evidente que qualquer novo recorte que implique ações de ordem política poderá fazer emergir novas formas de hegemonia. Mesmo quando nos empolgamos com o estabelecimento de laços de cooperação, é preciso atentar para hábitos culturais arraigados, que incorporam gestos hegemônicos nas relações entre países e regiões, em situações de aparente reciprocidade. Lembramos, para ilustrar, um comentário do crítico cubano Roberto Fernández Retamar (1995), que afirmava gostar de alguns críticos europeus que, de maneira simpática, diziam que o Caribe era o Mediterrâneo americano, mas que ficaria muito mais satisfeito se eles viessem também a dizer, imaginamos, sem constrangimentos, que o Mediterrâneo é que seria o Caribe europeu...

### **Pós-colonialismos**

O processo colonial fixou hábitos, repertórios literários e culturais, que vieram dessa experiência histórica e dos contatos culturais entre povos que até então não se conheciam. Se há hoje toda uma inclinação crítica para mudanças de paradigmas, sejam eles filosóficos ou estéticos, em relação às áreas do conhecimento, entendemos que essa tendência não pode se naturalizar sobre um rótulo genérico de um “pós”, uma redução ao obsoleto de toda uma experiência que se consubstancia no presente. Pior ainda pode ocorrer em relação às instâncias políticas, onde o “pós”,

afeito às condições da mídia e dos produtos moda, procura tudo reduzir a uma tábula rasa, sem passado.

Temos de levar na devida consideração o fato de que a teorização pós-colonial tem discutido convenientemente questões relativas à globalização, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Em relação às questões político-sociais, entretanto, ela pode tender a inclinações genéricas. São igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial aos que se emanciparam desde o século XIX. Falar de pós-colonialismo, sem consciência dessas especificidades, implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – ambas ex-colônias britânicas. Só uma análise sociocultural pode revelar de que pós-colonialismo se trata. Essa situação se torna ainda mais complexa, se vinculada – como acontece – à ênfase diaspórica dos estudos pós-coloniais. Coloca-se novamente a necessidade de se considerar de onde fala o crítico e os laços socioculturais que acabam por enredar suas formulações discursivas.

Como se observa na bem humorada, mas irônica observação de Reta-mar, as linhas de construção do imaginário associado a um campo intelectual, enquanto forma, continuam a atuar para além da situação de origem. São atualizadas muitas vezes com marcas do poder simbólico hegemônico, que vem de situações históricas específicas e que não podem ser escamoteadas. O pensamento crítico não pode descartar, através de um prefixo “pós”, cinco séculos de contatos e assimetrias culturais, inclusive o repertório cultural que foi construído. O grande problema, voltando-nos ao conceito de pós-colonialismo, é de que ele pode levar a atenuar o que é fundamental ao ato crítico: uma visão crítica e atuante, capaz de problematizar fatos histórico-culturais que vieram de experiências históricas que têm suas particularidades.

São muitos os pós-colonialismos. Há, por exemplo, o pós-colonialismo do ex-colonizador, que encontramos num romance como *Os cus de judas*, de Lobo Antunes (1979); e, para contrastar, o do ex-colonizado, como em *Mayombe*, de Pepetela (1982). O primeiro vai desconstruir mitos e fazer de sua memória individual um depoimento que se quer história. Pepetela,

numa direção oposta, embala-se por mitos, sem deixar de criticar indivíduos que se querem mitos. Nessa crítica, evidencia posturas etnocêntricas do passado que se reproduzem no presente. Em Lobo Antunes, enfatiza-se a desconstrução dos mitos e a distopia; em Pepetela, na formação de um novo Estado nacional, a construção e a utopia. Há ainda o pós-colonialismo dos colonizadores que permaneceram na metrópole e dos ex-colonizados que migraram. A clara delimitação do chamado locus enunciativo e de sua historicidade é, pois, imprescindível para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade.

### **Mimetismo cultural e relações de poder**

Refletir sobre especificidades nacionais implica situá-las num processo de agenciamentos comunitários que tem um solo histórico e relações de poder simbólico. Temos destacado o sentido político de se discutir literatura no âmbito do comunitarismo ibero-afro-americano, mas – voltamos a insistir – as articulações comunitárias podem ser de muitas ordens e politicamente nos parece importante relevar que o mundo atual é de fronteiras múltiplas e identidades plurais, seja numa perspectiva individual ou nacional. São interações que levam à consideração de um complexo cultural híbrido, interativo, onde a cultura brasileira, por exemplo, é multifacética e se alimenta produtivamente de pedaços de muitas culturas, sem deixar de sofrer os efeitos das assimetrias dos fluxos culturais. Tais considerações, para além das especificidades nacionais, torna necessária a consideração do repertório enfaticamente híbrido de nossa formação cultural. Na apropriação desse repertório, a consciência dessa historicidade e relações de poder que ensejou pode contribuir para o afastamento de produções miméticas, afins da convenção ou do estereótipo. Tal sentido crítico contribui para o desenvolvimento de inclinações abertas à criatividade e que às vezes levam ao questionamento de espartilhos ideológicos e identidades míticas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o poema “Camões: história, coração, linguagem”, de Carlos Drummond de Andrade, escrito numa situação histórica pós-Revolução dos Cravos. Ao se apropriar de imagens e procedimentos poéticos camonianos, ele estabeleceu um diálogo com a historicidade das leituras do poeta português e da nova situação histórica, democrática, de Portugal:

“Dos heróis que cantaste, que restou  
senão a melodia do teu canto?  
As armas em ferrugem se desfazem,  
os barões nos jazigos dizem nada.”

Nessa desideologização das apreensões conservadoras, em especial da época salazarista, sem deixar de seguir imagens e ritmos camonianos, o poeta brasileiro termina por afirmar:

“Luís, homem estranho, que pelo verbo  
és, mais que amador, o próprio amor  
latejante, esquecido, revoltado,  
submisso, renascente, reflorindo  
em cem mil corações multiplicado.  
És a linguagem. Dor particular  
deixa de existir para fazer-se  
dor de todos os homens, musical,  
na voz de órfico acento, peregrina.”  
(*Apud* Abdala Junior, 1993: 62-63)

A identificação no repertório comum não implica, assim, mimetismo. A distância crítica advém não apenas através da perspectiva de um brasileiro, mas sobretudo de quem estabelece suas bases poéticas na persistência de uma mesma linguagem comunitária. Ampliando essas observações, podemos afirmar que é importante do ponto de vista crítico estudar esses diálogos, embutidos – explicitamente ou não – nos repertórios literários, que circulam entre os países de língua portuguesa. Por outro lado, relevar as relações de poder que envolvem essa circulação é uma forma de se afastar da celebração, seja da mimese ou de um pretense sincretismo seja do hibridismo, que desconsidera as relações de poder e encaminha atitudes assimilacionistas tendentes à cultura do colonizador e suas implicações no que tange à cooperação política. Não se pode, entretanto, deixar de considerar devidamente o fato de que a plasticidade da língua literária portuguesa vem desde sua formação nos tempos medievais e só pode ser estudada adequadamente na dinâmica das tendências dos campos intelectuais supranacionais, nos processos de mundialização das culturas hegemônicas.

## **Aprender (criticamente) com a experiência do outro**

Nos tempos de nossa afirmação como estado-nação, um Joaquim Nabuco nos circunscrevia a uma condição subalterna que continua a ter ecos que chegam até nossos dias. É conhecida sua divisão, seu dilema, que é própria do campo intelectual e do sistema literário de seu tempo: quando Nabuco estava no Brasil, sonhava com os monumentos culturais europeus; se estava na Europa, voltava seus olhos para o verde da paisagem brasileira. E também nossa sentimentalidade – uma forma de a intelectualidade pensar o Brasil dos finais do século XIX, questionada a partir das décadas de 20 e 30. É necessário, pois, contextualizar a situação desses intelectuais brasileiros, que contribuíram para a construção de nossa própria imagem, em tempos heroicos de formação de nosso Estado nacional. Como ocorreu com a sociedade colonizada do Rio de Janeiro, na obra de Machado de Assis, escritor que, não obstante, apresenta um quadro superior das tensões dessa sociedade fluminense. Esses hábitos, em formas variantes, persistem (sobrevivência das formas), em processos de comutação, substituindo-se atores e locais, diante de fluxos neocoloniais e imperiais, o que é problemático em face das mudanças do contexto situacional (repactualizações políticas), em que se torna necessário questionar tais assimetrias dos fluxos culturais.

Evidentemente, aprendemos com a experiência do outro. E ainda mais, somos todos misturados. As identidades são sempre plurais. Temos argumentado que o mundo configura-se cada vez mais como de fronteiras múltiplas e as identidades devem ser vistas no plural (Abdala Junior, 2002). Em termos de aproximações linguístico-culturais, impõem-se horizontes plurilíngues e reciprocidades em termos de poder simbólico. Em nosso caso, para além das notórias laçadas para os países de língua portuguesa e espanhola, há a variedade e amplitude das redes comunitárias. Muitas redes comunitárias supranacionais têm-se firmado em escala planetária, como os movimentos de gênero, de defesa e promoção dos direitos humanos, da ecologia, etc. Estabelecem-se, assim, campos de interlocução, para além das fronteiras de estado, constituindo possibilidades de contrapontos à monologia dos fluxos hegemônicos. Tais campos, múltiplos, da vida comunitária supranacional, reúnem condições de contribuir para interferir democraticamente na vida social, numa linha onde a particularidade nacional tende a se articular em rede supranacional.

Não obstante, uma certa hibridização que conflui para uma espécie de plasticização indefinidora de fronteiras, que, na verdade, são configuradas e múltiplas, pode ser estratégia similar à da mestiçagem tendente ao branqueamento das elites brasileiras: mesclagens inclinadas a formulações eurocêntricas. Somos múltiplos e, na verdade, uma visão crítica das implicações políticas desses caracteres (nível individual, nacional, social), verificará que eles se atritam e não deixam de estabelecer hegemonias ou dominâncias. Constituem hábitos naturalizados que em suas linhas articulatórias impregnam os atores sociais, mesmo em situações políticas que poderiam contraditá-los. Hábitos politicamente associados à administração das diferenças, por sua vez inclinada à manutenção da hegemonia. As articulações hegemônicas procuram incorporar as demais, de acordo com estratégias de compromisso que preservem sua posição em relação ao poder simbólico.

À flexibilidade da circulação dos produtos culturais, ao ritmo nômade do capital financeiro, que se articula em rede, sempre reduzindo distâncias por velocidade, sempre desdobrável, parece-nos importante contrapor estratégias contra-hegemônicas, associadas aos comunitarismos supranacionais. Esse processo vertiginoso de standardização dos produtos culturais por parte da economia de mercado não se restringe à standardização de massa. Convém não nos esquecermos de que a hegemonia possui bases amplas, que não deixam de ser mercadológicas, e procura incorporar em suas redes mesmo a contestação de seu próprio sistema. Trata-se da perspectiva da administração da diferença, que temos insistido em apontar. A diferença, dentro desses horizontes, figura como administração política e, além disso, abertura de nichos de mercado. Em sentido correlato, esta incorporação pode contribuir para a dinamização do sistema, tornando-o mais híbrido e multifacetado, sem deixar de preservar hegemonias estabelecidas: mudar para que as coisas continuem estruturalmente as mesmas. Ou, como aparece no livro/filme *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa/Luchino Visconti, quando Fabrizio, príncipe de Salina, personagem do romance, interpretado por Burt Lancaster no cinema: “Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude” (Lampedusa, 1963: 32). Isto é, a emergência do novo, sob controle político-social das estruturas (econômicas) pré-estabelecidas, que fazem valer sua hegemonia para controlá-lo, domesticá-lo, ao mesmo tempo em que se beneficia de seus influxos para atualizar suas redes numa nova configuração histórica. Colocam-se assim, na atualidade, nas esferas

imperiais do mercado, o que deve ser consumido e as redes de inculcação, desde os chamados “aparelhos ideológicos de estado” (Althusser, 1983). Tudo associado a articulações, que não deixam de ser sistêmicas, inclusive em estratégias de competição, que procuram envolver autores, público e mesmo leitores críticos, que lhes trazem legitimidade através de formulações teóricas e críticas. Sem esquecer, muitas vezes, os chamados “nichos de mercado”, por onde circula a diferença administrada. Estas são as águas da política e pensar politicamente implica realizar essa travessia, sem ser levado pelas correntes mais fortes, provenientes das assimetrias desses fluxos. Afinal, repetimos para concluir, toda a hegemonia é porosa. E cabe aos intelectuais universitários não se restringirem a suas cidadelas e entrar nos fluxos problemáticos das águas da vida sociocultural.

### **Além da cor da pele**

Não há, entretanto, para a crítica empenhada, como fugir dessas tensões, sob pena de fechar o seu campo de reflexões em perspectivas isolacionistas. Impõe-se ao crítico que ele entre nessas águas, cuidando para não perder a direção de seu projeto e ser cooptado pelo aparente nomadismo dos fluxos, que afinal se mostram sempre confluentes para as bases hegemônicas. Esta é uma questão política, que se imbrica em rede com a vida sociocultural. Para tanto, tendo em vista a necessidade de uma atitude prospectiva, conforme temos enfatizado, o crítico não pode se limitar exclusivamente a atitudes de negatividade crítica, embora esta não deixe de ser sempre um seu contraponto imprescindível. Do ponto de vista político, entendemos que fundamentalmente deve se embalar por uma espécie de otimismo crítico, para dar continuidade, sob novas formas, a gestos que vieram do passado, com atores imbuídos da esperança de que a vida social poderia ser melhor do que é. Observe-se, nesse sentido, o seguinte fragmento do poema “Coração em África”, do são-tomense Francisco José Tenreiro, que temos reiteradamente apontado quando discutimos a circulação cultural do campo intelectual do pós-Guerra, tal como ocorreu nos horizontes ibero-afro-americanos e na atmosfera da guerra fria:

(...) de coração em África com as mãos e os pés trambolhos disformes  
e deformados como os quadros de Portinari dos estivadores do mar e dos meninos

ranhosos viciados pelas olheiras fundas das gomas de Pomar  
vou cogitando na pretidão do mundo que ultrapassa a própria cor da pele  
dos homens brancos amarelos negros (...)

*Mário Pinto de Andrade & Francisco José Tenreiro (1982: 68)*

Tenreiro é um dos atores do campo intelectual dos anos de 1950, para quem “a pretidão do mundo (...) ultrapassa a própria cor da pele dos homens brancos amarelos negros”. Seu poema ilustra não apenas o comunitarismo cultural que se faz pela Ibero-afro-américa. Noutras passagens – é um poema longo –, aponta para atitudes libertárias de personalidades negras da África, Caribe e Estados Unidos.

Os atores de um campo intelectual supranacional – situem-se nas esferas do centro ou nas margens (há as margens dos centros e os centros das margens) – que se pretenderem efetivamente críticos não podem ignorar as relações de pertencimento desses sujeitos. São laços que levam à vida sociocultural e que não podem ser escamoteados, em função da própria objetividade da crítica. Mesmo quando se adote atitudes como se estivessem em situações psicossociais de migrantes, o diálogo não se faz em abstrato, mas com culturas diferentes, provenientes de experiências históricas que têm singularidades e motivações políticas. E estar nos Estados Unidos não é como estar no Brasil ou em qualquer outra parte do planeta, como aparece em certos discursos tendentes à neutralização da diferença e à sublocação do mesmo. Se os óculos críticos advindos dessa circulação cultural podem aguçar a percepção, em função da própria criticidade eles não podem implicar convergências óticas inclinadas à preservação da continuada colonização do imaginário nas regiões ou países situados na periferia do capital.

### **Práxis, hábitos e resistências das formas**

Temos partido do conceito de que o homem, em sua vida sociocultural, se constrói pela práxis, entendida como atividade de sujeitos tomados em suas dimensões individuais e sociais. Há, nessa perspectiva ontocriativa, interações entre pensamento/ação e a construção de objetos, sejam eles relativos ao pensamento ou à matéria física trabalhada. Uma união sujeito/objeto, em movimentos recíprocos, em que estes se afinam ou se

friccionam. Podemos ir ainda mais adiante: essas experiências históricas conformam desenhos articulatórios que são colocados em determinados campos de pensamento e de atividades. Esta tem sido uma forma de operacionalização do conhecimento. Muitas vezes essas delimitações acabam por constituírem escaninhos isolados, como ocorre com os campos disciplinares. Na verdade, essas instâncias se imbricam no plano da realidade e a razão prática concentra os recortes (disciplinares ou interdisciplinares), tendo em vista essa maior operacionalidade.

O sujeito nas interações individuais e coletivas imbrica-se nessas atividades de pensamento/ação. Ao pensar e agir sobre a natureza ele adquire determinados modelos de pensamento/ação. E o que nos parece importante: tais articulações que colocam o homem em relação estreita com a cultura, também se imbricam, de maneira não aleatória. Nessas conjunções articulatórias, há aquelas que são dominantes, associadas a formas de pensamento de grupos que detêm poder, desde o campo econômico ao simbólico, e que acabam por chamarem a si outras articulações da cultura. São modos hegemônicos de pensar a realidade e a hegemonia os leva a procurar estatuir sua legitimidade diante de outras articulações culturais. Evidentemente, embora dominante, toda a hegemonia não deixa de ser porosa, pois está associada a uma práxis que está continuamente em transformação. Ou, como diz o poeta português Carlos de Oliveira, no campo da poesia, em seu poema significativamente intitulado “Lavoisier”:

Na poesia,  
natureza variável  
das palavras,  
nada se perde  
ou cria,  
tudo se transforma:  
cada poema,  
no seu perfil  
incerto  
e caligráfico,  
já sonha  
outra forma.

*Carlos de Oliveira* (1992: 223)

Articulações, como as do poema de Carlos de Oliveira, disputam o poder simbólico no campo intelectual. Elas se atualizam através da porosidade do modo dominante de pensar a realidade, articulando-se contra a estaticidade das formas poéticas. O poeta se vale de articulações provenientes do campo científico. Atualiza, na simbolização do texto literário, um modo dinâmico de pensar a realidade onde as formas, inclusive as políticas, devem ser vistas em movimento, em processo. E essa permeabilidade de articulações que migram de um campo para outro nos leva a considerar as imbricações mais gerais, que saem do campo econômico e atinge as esferas políticas, sociais e culturais. Uma articulação hegemônica só provoca impactos nas esferas culturais sob a mediação da sociedade e do Estado. Se nos Estados democráticos atuais há uma relativa autonomia entre essas formas de organização e de poder (não cabe aqui falar em neutralidade), suas conformações formais favorecem a permeabilidade dessas articulações dominantes. Por entre as formas do Estado, são exercidas hegemonias que vêm do campo social e das *formas mentis* dominantes. E também, por serem hegemônicas, elas desenvolvem estratégias de legitimidade e podem acabar por serem naturalizadas, fazendo parte do senso comum. Ou, se nos recorrermos de Terry Eagleton, que, por sua vez, cita Pierre Bourdieu,

Qualquer campo social é necessariamente estruturado por um conjunto de regras não enunciadas para o que pode ser dito ou percebido validamente dentro dele, e essas regras, portanto, operam como um modo do que Bourdieu denomina ‘violência simbólica’. Como a violência simbólica é legítima, geralmente não é reconhecida como violência. Trata-se, como observa Bourdieu em *Outline of a Theory of Practice* (Bourdieu, 1977), ‘a forma suave, invisível da violência, que nunca é reconhecida, a violência de crédito, confiança, obrigação, lealdade pessoal, hospitalidade, presentes, gratidão, piedade’. No campo da educação, por exemplo, a violência simbólica opera não tanto porque o professor fala ‘ideologicamente’ com seus alunos, mas porque o professor é percebido como tendo a posse de uma quantia de ‘capital cultural’ que os estudantes precisam adquirir. (Eagleton, 1997. 142)

Tais observações são extensíveis a todo o campo da vida cultural, inclusive no estabelecimento de um cânone literário, quando são valorizadas aquelas produções estatuídas como de maior valor estético. Evidentemente,

são os padrões hegemônicos que se afirmam. Suas linhas de articulação subordinam as demais, dentro os repertórios que vêm da experiência cultural. E tais formulações se naturalizam em hábitos ou evidências que não solicitam demonstração enquanto um sistema de valores. São evidentemente marcas ideológicas que articulam a vida cotidiana.

Um exemplo eloquente dessas articulações dominantes, como procuramos apontar nestas reflexões, é o modo de pensar/operar a economia dominante no capitalismo financeiro, de onde veio a inclinação para a idéia de desregulamentação, em oposição à regulamentação que pautou as atividades de quando a hegemonia era disputada com o capital industrial. Nas últimas décadas do século XX tornou-se hegemônica essa forma de práxis avessa à regulamentação, até que sobreveio o *crack* de 2008, cujos efeitos vêm até nossos dias. Em consonância com essa práxis, esse modo de articulação do pensamento migrou para outros campos, inclusive o da cultura. Em termos sociais, o sentido de solidariedade em articulações sistêmicas dos tempos da regulamentação foi substituído pelo da competitividade avessa a esse mundo que aspirava a uma espécie de totalização. A competitividade do indivíduo ou das empresas seria a maior aspiração da democracia. A hipertrofia narcísica do indivíduo foi confundida com o próprio humanismo.

Em consequência, o modo de pensar a realidade que veio da esteira do capitalismo industrial entrou em crise. Desregulamentam-se as fronteiras nacionais e os cânones estabelecidos por um processo tendente à retilinearização, não contraditório. Esse modo de pensar a realidade chegou à crítica afinada com as novas conformações hegemônicas, consciente ou inconscientemente, já que tais articulações acabam por serem naturalizadas. E a força do poder simbólico, tendo como base essas articulações dominantes, exerce-se em múltiplos campos, contando para a sua naturalização mídias e instâncias de Estado. Uma inculcação logo tornada senso comum. Um hábito, reiteramos, naturalizado. Evidentemente, nessas circunstâncias, ganha espaço na vida sociocultural a crítica afinada com tais formulações hegemônicas. E falar em sistema passou a ser visto como uma forma passadiça, não afinada com a atualidade, pautada pela flexibilidade e pensamento assistêmico. O sistema passou a ser ideologicamente visto como uma forma fechada de pensamento, avessa às inovações. Tal inclinação, de falsa consciência, não considera, entretanto, a concepção

de sistema aberto, onde as configurações já portam, como no poema de Carlos de Oliveira, os sonhos de sua transformação. Previsivelmente, o *crack* de 2008 veio a causar fissuras nesse modo de pensar a realidade, que, não obstante, permanece hegemônico. Fissuras por enquanto ainda menores do que as ocorridas no outro *crack*, o de 1929, quando após os “anos loucos” das finanças (década de 1920), sucederam políticas reguladoras. Entre elas, a regulamentação econômica de Keynes e a política do *New Deal* de Roosevelt.

O sistema literário nacional (e, vinculado a ele, as formas canônicas) deve ser pensado, entendemos, através dessas articulações em que se imbricam os campos econômicos, políticos e culturais. Ela também se constitui como um campo de disputa de poder simbólico, em que articulações provenientes da práxis social se interconectam, associadas às características da produção, da circulação do livro e da leitura. Estatuem-se, na dinâmica dessas intersecções, critérios de legitimidade, provenientes dos setores hegemônicos ou que a ela aspiram. São articulações em tensão e em processo. Estratégias de manutenção da hegemonia ou de seus questionamentos estão sempre em processo, o que leva a um desenho análogo do conceito de sistema. Como a hegemonia, o sistema analogamente traça um desenho de acordo com essas mudanças. Se se fechar, acompanhando nesse sentido coordenadas hegemônicas que não se atualizam, tenderá a ser questionado. Ele, como a hegemonia, é poroso e recebe os impactos de poder simbólico.

Entendemos que os sistemas estabelecidos, em suas reciclagens e em razão dessas coordenadas hegemônicas, ao se alimentarem das formas do passado, além de não deixarem de tê-las como repertórios culturais, podem ser por elas delimitados, em seus alcances. São experiências históricas consolidadas que resistem. Nessas formas, estão nossos repertórios em todos os campos da práxis, da economia à vida cultural. Em relação à literatura, as formas são igualmente resistentes, sendo sempre apropriadas pelas articulações estruturalmente dominantes no sistema literário, sejam eles provenientes das culturas eruditas ou populares. E como os textos literários pautam-se pela concentração da informação e abertura a múltiplas leituras, favorecem tais apropriações, remotivando-os diante de novas configurações históricas.

Fazem parte do processo de colonização das margens considerações acríicas, dissociadas da situação sociocultural e, sobretudo, da atualidade

histórica. Nesse sentido, o crítico não pode se ater à performance narcisista que seria própria de quem está de passagem, na apologia de um aparente descompromisso, afim do hiper-individualismo que veio da situação anterior ao *crack* financeiro. Ao adotar posturas afins de uma espécie de relativismo nômade, acaba por limitar-se a resvalar-se nos obstáculos, sem manter laços situacionais para além do efêmero do discurso da moda. No fundo, espartilha-se em parâmetros circunscritos, com dimensões pré-estabelecidas. Limitar-se a elas significa restringir-se a cursos monológicos, mesmo que estes possam se erigir como efêmeras passarelas. Uma práxis crítica efetivamente séria não permanecerá restrita a esses enquadramentos discursivos, alheia a outros laços, dialógicos, sobretudo àqueles que levam a um *nó* multidiscursivo, conectado com discursividades que o levam do mundo da cultura ao *chão* político-social. Mesmo o migrante – é de recordar o caso paradigmático de Edward Said – conecta-se através de redes, reside em determinados espaços e vincula-se a malhas sociais definidas.

## Referências

- ABDALA Junior, B. (2002). *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC.
- ABDALA Junior, B. (1993). *Camões – Épica e lírica*. São Paulo: Editora Scipione.
- ALTHUSSER, L. (1983). *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- ANDRADE, M. & Tenreiro, F. L. (1982). *Poesia negra de expressão portuguesa*. Ed. Fac-similar organizada por Manuel Ferreira. Linda-a-Velha: África Ed.
- ANTUNES, A. L. (1979). *Os cus de judas*. Lisboa: Dom Quixote.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EAGLETON, T. (1997). *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Editora Unesp/Editora Boitempo.
- LAMPEDUSA, T. (1963). *O leopardo*. 3. Ed. São Paulo: Difel.
- OLIVEIRA, C. (1992). *Obras de Carlos de Oliveira*. Lisboa: Caminho.
- PEPETELA (1982). *Mayombe*. São Paulo: Ed. Ática.
- RETAMAR, R. F. (1995). *Para el perfil definitivo del hombre*. 2.<sup>a</sup> ed. corr. e aum. La Habana: Letras Cubanas.
- ROSA, J. G. (1986). *Grande sertão: veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.